



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ESTUDOS EM DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E
REGIONAL**

INTERESSADO: Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão e Gabinete da Reitoria

ASSUNTO: Concessão de título de Doutora *honoris causa* a Ex-presidenta Dilma Vana Rousseff.

PROCESSO: 23479.011072/2023-66

Parecer n. XX/2023 – Relatoria Especial

I – HISTÓRICO

O presente processo no 23479.011072/2023-66 trata de proposição da Reitoria da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará para concessão do título de Doutora *honoris causa* a Dilma Vana Rousseff, economista, Ex-presidenta da República Federativa do Brasil e atual Presidenta do New Development Bank.

Consta no processo Ofício n. 87, do Gabinete da Reitoria, em que é solicitada a aprovação pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão a concessão do título de Doutora *honoris causa* a Ex-presidenta Dilma Rousseff. No mesmo ofício se faz alusão ao momento de celebração dos 10 anos de criação da Unifesspa, juntamente com a Universidade Federal do Cariri (UFCA), a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) e Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Justifica-se tal solicitação “no desejo institucional de reconhecer sua trajetória política e suas contribuições significativas para a educação, a ciência e a tecnologia no Brasil”.

Integra o processo a seguinte documentação: Ofício 87/2023 – GABINETE DA REITORIA/UNIFESSPA que encaminha ao CONSEPE o processo de solicitação de outorga de título de Doutor Honoris Causa (p. 001 a 004); Extrato de Ata

da TERCEIRA Sessão ORDINÁRIA do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) (p. 005 a 008).

II – ANÁLISE

A concessão do título de Doutor *honoris causa* é uma tradição em universidades de várias partes do mundo, incluindo as universidades brasileiras. Este título honorífico se junta a outros, como Professor Emérito e Professor *honoris causa* como formas de reconhecimento a individualidades eminentes pelas universidades brasileiras. Especificamente o título de Doutor *honoris causa*, que pode ser concedida a pessoas sem titulação universitária de doutor, e visa reconhecer personalidades pela importância de seu trabalho nos campos das artes, das ciências, da cultura e das letras. Por isso que a atribuição deste título honorífico requer análise e deliberação de seus conselhos máximos. A Unifesspa, no ano de 2018, concedeu este título a Frei Henri Burin de Roziers, por meio da resolução 048/2018 CONSUN/Unifesspa. Naquela ocasião, Professora Dr. Idelma Santiago da Silva, relatora do parecer, fez a seguinte descrição:

Essa honraria, que pode ser concedida a pessoas sem titulação universitária de doutor, visa reconhecer personalidades pela importância de seu trabalho em determinadas áreas do conhecimento ou por sua preocupação e atuação em causas humanitárias, como a luta contra a pobreza, a defesa dos direitos humanos e a promoção da paz. Não se trata, portanto, de uma titulação que visa o reconhecimento de uma atividade *strictu sensu* acadêmica. A concessão desse título de honraria também constitui prestígio para a Universidade que o concede, pois significa que terá seu nome e seu trabalho associado, nacional e internacionalmente, às causas que deram ensejo e fundamentaram a honraria da personalidade prestigiada, bem como expressam os valores da instituição concedente.

A presente proposição do título de Doutora *honoris causa* a Dilma Vana Rousseff e sua tramitação fundamenta-se no Art. 15, inciso XIV, do Regimento Geral da Universidade Federal do Pará, combinado com a Resolução no 004, de 4 de abril de 2014 CONSUN/Unifesspa. Neste artigo está estabelecido que compete ao CONSUN “homologar e conceder o título de Doutor *honoris causa* e demais títulos acadêmicos, a partir de Parecer circunstanciado pelo CONSEPE”. Estabelece ainda no Art. 270 que a “UFPA poderá outorgar títulos honoríficos de Professor Emérito e Professor *honoris causa*, por decisão do CONSEPE, e de Doutor *honoris causa*, por decisão do CONSUN, tomadas em cada caso específico por voto favorável de dois terços (2/3) dos membros do colegiado competente”. O processo objeto de análise e submissão ao CONSEPE está de acordo, ainda, com o parágrafo único do Art. 270, que prevê que a “concessão dos títulos honoríficos da UFPA somente poderá ser proposta por iniciativa do Reitor ou de um

Conselho de Campus ou Congregação de Unidade Acadêmica, nestes últimos casos por maioria de dois terços (2/3) dos seus membros”. No presente caso, o processo foi provocado pela reitoria ao Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), de acordo com o Extrato de Ata de sua terceira reunião ordinária. Ainda de acordo com este documento, coube ao Instituto de Estudos em Desenvolvimento Agrário e Regional (IEDAR) a tarefa de redigir este parecer. Em sua I Reunião Extraordinária, de 04 de maio de 2023, a Congregação do IEDAR designou ao Professor Evaldo Gomes Júnior a elaboração do parecer e envio ao CONSEPE.

Segue o relato dos principais elementos que constam no processo e que justificam a proposição da honraria.

Breve Biografia¹:

Dilma Vana Rousseff (Belo Horizonte, 14 de dezembro de 1947), ainda aos 16 anos passa a lutar contra a ditadura militar. Condenada por subversão, é presa entre 1970 e 1972 por conta de sua atuação política. É graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul desde 1977. Ingressa no doutorado no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp), no ano de 1998. Cumpriu os créditos da pós-graduação, mas não defendeu a tese, por conta das atividades políticas que a envolve desde sua contribuição com a fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no Rio Grande do Sul. Dentre os vários cargos que ocupou, destacou-se especialmente na Secretaria Estadual de Energia, Minas e Comunicação daquele estado, nos governos de Alceu Collares e Olívio Dutra. Sua atuação na pasta, durante o racionamento de energia no Brasil no ano de 2001, a leva para o cargo de Ministra de Minas e Energia do primeiro governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Destaca-se também como Ministra da Casa Civil entre 2005 e 2010. Nesse ano, após coordenar projetos de infraestrutura no âmbito do governo federal, é lançada sua candidatura à presidência da República. Dilma Rousseff torna-se a primeira mulher Presidenta da República Federativa do Brasil. É neste mandato que a Presidenta

¹ Biografia de Dilma Vana Rousseff, Biblioteca da Presidência da República. Acesso em 11.06.2023.

Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/biografia>; Currículo Lattes de Dilma Vana Rousseff, Plataforma Lattes/CNPq. Acesso em 15/06/2023. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1357261451494509>;

Dilma sanciona a Lei 12.824, de 5 de junho de 2013, desmembrando da Universidade Federal do Pará a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Reeleita, Dilma é afastada do cargo, por meio de julgamento do Senado Federal de crime de responsabilidade em agosto de 2016. Atualmente, Dilma preside o New Development Bank, iniciativa de países do Sul global em torno de uma nova ordem financeira mundial.

Justificativa da honraria:

O pedido de concessão do título de Doutor *honoris causa* a Dilma Vana Rousseff busca reconhecer em sua trajetória política suas contribuições significativas para a educação, a ciência e a tecnologia no Brasil. Nos termos desta justificativa mais abrangente deve-se considerar, também, seu papel na criação da Unifesspa, dentro do processo amplo de interiorização do ensino público superior no Brasil na década de 2000 e início da década seguinte. Assim, elencamos as seguintes justificativas:

- a) Dilma Rousseff manteve em seus mandatos presidenciais os processos de expansão da educação superior brasileira, especialmente sua interiorização. Segundo BIZERRIL (2020, p. 03)²

A principal política pública responsável por esse crescimento foi o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), implantado no governo Lula (2003-2010) a partir de 2007, tendo havido também uma primeira fase de expansão do Ensino Superior Federal, denominada Expansão I, que compreendeu os anos de 2003 a 2007 (BARROS, 2015), e outra fase de significativa criação de novos campi, entre os anos de 2011 a 2015, no governo de Dilma Rousseff.

Até 2002, havia no Brasil 140 unidades de escolas técnicas. Entre 2003 e 2010 214 novas unidades. O ano de 2008 marca o surgimento dos Institutos Federais e da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Entre 2011 e 2014 foram construídas 208 novas unidades de institutos federais³. Neste mesmo processo de expansão, desde o ano de 2003, 17 novas universidades foram criadas. Os projetos de Lei que deram início aos processos de aprovação de universidades criadas após 2016 também foram assinados até aquele ano. Estas novas

² Ver BIZERRIL, Marcelo Ximenes Aguiar. O processo de expansão e interiorização das universidades federais brasileiras e seus desdobramentos. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 13, n. 32, p. 53, 2020.

³ País ganha cinco novas universidades federais e 41 campi da rede de educação profissional. Acesso em 15/06/2023. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/36031-pais-ganha-cinco-novas-universidades-federais-e-41-campi-da-rede-de-educacao-profissional>.

universidades alteram a perspectiva de concentração das instituições federais de ensino superior nas capitais.

- b) Em seu período enquanto Presidenta destaca-se a criação da Unifesspa no ano de 2013, por meio da Lei 12.824, de 5 de junho de 2013. A Unifesspa passa a se estabelecer na região Sul e Sudeste do Pará, organizada de forma *multicampi* e integrada a saberes diversos da região. Até o ano de 2022, mais de 4 mil pessoas foram diplomadas em 42 cursos de graduação. Além da Unifesspa, em 2013 foram criadas a Universidade Federal do Cariri (UFCA) – Lei 12.826/2013, a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) – Lei 12.825/2013 e a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) – 12.818/2013, fortalecendo o processo de interiorização e da educação pública superior no país e da consequente capacidade de integração destas instituições com contextos regionais diversos;
- c) A política de valorização salarial e de bolsas de pesquisa também avançou neste período. Segundo cálculos da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Santa Catarina, com base em dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE), o pico do salário dos docentes, em valores reais com base no ano de 2010, foram nos anos de 2014 e 2015⁴. Até o ano de 2022 permaneceu em vigor o último reajuste das bolsas Capes e CNPq de mestrado e doutorado, feito em 2013, em plena gestão da Presidenta Dilma. Finalmente, foi também no ano de 2013 que se instituiu o Programa de Bolsa Permanência, com finalidade de reduzir as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para a permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica das instituições federais de ensino superior. Após 2016 o número de alunos recebendo bolsa permanência em todo Brasil cai drasticamente⁵

⁴ Base salarial de professor Titular Doutor e Professor Assistente Mestre. In: Evolução dos Salários dos professores, perdas e necessidade de reposição. Acesso em: 14/06/2014. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fwww.apufsc.org.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2022%2F07%2FEvolucao-dos-salarios-dos-professores.pdf&psig=AOvVaw0JK8Twi8LoInPkTOBNOIYQ&ust=1686944929425000&source=images&cd=vfe&ved=0CBMQjhxqFwoTCIDs6dyFvx8CFQAAAAAdAAAAABAJ>.

⁵ MEC de Bolsonaro nega bolsa permanência a 6 a cada 10 alunos indígenas e quilombolas. Acesso em 14/06/2023; Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fapublica.org%2F2022%2F05%2Fmec-de-bolsonaro-nega-bolsa-permanencia-a-6-em-cada-10-alunos-indigenas-e-quilombolas%2F&psig=AOvVaw2Z5jqXkw9UlyZdQD6mofnG&ust=1686945975500000&source=images&cd=vfe&ved=0CBMQjhxqFwoTCKDxy8-Jxv8CFQAAAAAdAAAAABAE>.

- d) Foram nos governos da Presidenta Dilma que o orçamento destinado aos principais fundos de apoio à pesquisa científica e tecnológica no Brasil obtiveram os valores mais elevados, considerando dados deflacionados⁶. Entre os anos de 2010 e 2015 os investimentos em ciência e tecnologia atingiram o auge, quando se consideram destinações ao CNPq, Capes e Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).
- e) Durante sua gestão à frente do Executivo, fortalece a política de valorização dos professores da educação básica, acompanhando a lei 11.738, de 16 de junho de 2008. Chega a autorizar, no ano de 2012, um aumento salarial de 22,22%⁷, o maior em 25 anos à época. Ainda em 2016, Dilma foi pressionada por governadores a postergar o prazo de vigência do piso salarial daquele ano, definido em 11,36%⁸. Após 2016 várias foram as proposições no Congresso Nacional que buscaram suprimir a obrigatoriedade do piso salarial do magistério da educação básica, a começar pela Emenda Constitucional 95/2016, a Lei do Teto de Gastos. No ano de 2021, um grupo de deputados conservadores tentaram retomar o Projeto de Lei 3776/08, na busca de reduzir a base de cálculo da variação anual do piso.
- f) Sancionou o Plano Nacional de Educação – PNE, que passou a vigorar por 10 anos por meio da Lei 13.005/2014. Dentre outras diretrizes destaca-se a erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; e a promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país. O plano previu como uma de suas metas a ampliação dos gastos com educação até alcançar o patamar de 10% do Produto Interno Bruto do país⁹. Após 2016 o PNE foi praticamente abandonado por conta da Lei do Teto de Gastos.

III – PARECER E VOTO DO RELATOR

⁶ Financiamento à pesquisa: um projeto de destruição nacional! Acesso em 14/06/2023. Disponível em: <https://pensaraeducacao.com.br/blog/financiamento-a-pesquisa-um-projeto-de-destruicao-nacional/>.

⁷ Piso do Magistério deve ser reajustado em 22,22% e passar para R\$ 1.451,00. Acesso em 15/06/2023. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/211-noticias/218175739/17542-piso-do-magisterio-deve-ser-reajustado-em-2222-e-passar-para-r-1451>.

⁸ Piso de Professores vira ponto de divergência entre Dilma e Governadores. Acesso em 15/06/2023. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/02/01/interna_politica,730315/piso-de-professores-vira-novo-ponto-de-divergencia-entre-dilma-e-gover.shtml.

⁹ Plano Nacional de Educação Lei n. 13.005/2014. Acesso em 13/06/2023. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>.

Dilma Rousseff construiu uma vida de figura pública coerente com a defesa da democracia e da superação das desigualdades sociais do Brasil. Inicia por meio da luta política contra a ditadura militar (1964-1985), foi presa e torturada. Desde sempre assumiu tarefas que a projetaram enquanto referência na construção de projetos estratégicos para o país, mesmo no auge do liberalismo econômico entre fins do século XX e início do século atual.

Na condição de Ministra e Presidenta da República buscou alterar trajetórias estruturais de endividamento do Estado brasileiro, basta recordar sua luta contra os juros altos da taxa básica Selic. Recusou-se a ceder a chantagens de grupos políticos acostumados a se apropriarem do Estado de forma indevida. Por estes motivos foi retirada de seu cargo num processo de impeachment, no ano de 2016. Logo depois ficou nítido os reais interesses em torno desse processo: retirar uma presidenta eleita democraticamente de seu cargo para avançar sem a legitimidade do voto uma agenda institucional de precarização de investimentos públicos, de desmantelamento de aparelhos de fiscalização ambiental e fundiária, de redução das legislações que amparam direitos trabalhistas e sociais¹⁰.

Atualmente o mundo reconhece a importância da Ex-presidente na construção de uma nova ordem monetária, alheia a interesses específicos de países hegemônicos. Hoje, o New Development Bank, presidido por Dilma Rousseff, representa a necessidade do Sul Global de assumir o controle sobre as compensações financeiras internacionais. Ainda é pouco imaginável para alguns, mas a soberania monetária, no atual estágio do comércio internacional, representa a possibilidade de superação de crises permanentes das contas externas destes países, assim como representa autonomia para investir em projetos estratégicos de superação da pobreza, da desigualdade e de desenvolvimento de infraestruturas sustentáveis cada vez mais demandadas no século XXI.

Portanto,

¹⁰ Para melhor apreciação da relação entre crise política e interesses econômicos ver MARQUETTI, Adalmir; HOFF, Cecília; MIEBACH, Alessandro. Lucratividade e distribuição: a origem econômica da crise política brasileira. **Encontro Nacional de Economia Política**, v. 22, 2016.

- a. Considerando exclusivamente a justificativa de proposição, a Ex-presidenta Dilma se notabilizou por suas contribuições significativas para a educação, a ciência e a tecnologia no Brasil. Especificamente se destacou por participar da interiorização do ensino superior federal no país, assinando a Lei Lei 12.824, de 5 de junho de 2013 de criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará;
- b. Considerando, ainda, e para além do mérito da proposta, que a Ex-presidenta Dilma Vana Rousseff apresenta uma trajetória de luta política a favor da democracia e da superação das profundas desigualdades socioeconômicas do Brasil.

Sou de Parecer favorável à concessão do título de Doutor Honoris Causa a Dilma Vana Rousseff, como uma justa homenagem e que honra a nossa universidade.

Este é o PARECER.

Evaldo Gomes Júnior

Docente do Instituto de Estudos em Desenvolvimento Agrário e Regional